

O RELATIVISMO EM BERNARD WILLIAMS

CRISTIANN WISSMANN MATOS¹; EVANDRO BARBOSA²; CARLOS ADRIANO FERRAZ³

¹ Universidade Federal de Pelotas – cristiann.wissmann@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – evandrobarbosa2001@yahoo.com.br

³ Universidade Federal de Pelotas – ferrazca@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar a aparente incongruência abarcada na posição de Bernard Williams entre o relativismo moral derivado de valores contextuais e a tentativa de fornecer critérios para uma vida moralmente boa. A contradição dessa afirmação estaria em defender, por um lado, que os valores que servem de critério para a ação moral dos agentes¹ são determinados pelo contexto e, por outro lado, argumentar em favor da existência de critérios morais para a regulação das ações das pessoas. O problema da primeira afirmação é cair em um relativismo moral em que não existiria a possibilidade de encontrar critérios para regular as ações morais, sendo estas ações validadas de diferentes formas em diferentes contextos, inviabilizando a possibilidade de louvor ou censura das ações. O problema da segunda afirmação é o risco de certos critérios morais acabarem por se demonstrar como a representação de um tipo de moral² particular que se impõe sobre outras, caracterizando o que Hilary Putnam chamou de imperialismo cultural (PUTNAM, 2008, p. 66).

Frente a essa exposição primária, pretende-se aprofundar a análise e direcionar a possibilidade de argumentar que o sentido relativista da primeira afirmação, não é tomado com um peso determinista³. Bernard Williams concebe o contexto cultural como formador de um conjunto motivacional interno do agente, porém é apenas um ponto de partida que serve de suporte para a deliberação moral. A deliberação fornece o critério moral de avaliar as motivações externas e as motivações internas ao agente⁴, servindo como um critério de responsabilidade moral de cada agente em seu mundo social (WILLIAMS, 1985 p. 149-151). A deliberação é o elemento capaz de revisar os valores que são expressos em um mundo social, caracterizando um elemento essencial para a ética, que Williams compreende como a responsabilidade frente aos conflitos morais (WILLIAMS, 2005, 53-54). Dessa forma, pretende-se coadunar a as duas afirmações anteriormente citadas, ou seja, a posição do autor se encaminha para a consideração dos valores que são internalizados

¹ A palavra “agente” é utilizada como sinônimo de “agente moral”, sendo basicamente pessoas que tomam decisões dentro de uma sociedade.

² Nesta pesquisa o sentido da palavra “moral” será interpretado como “moralidade”, sendo os costumes que exemplificam a perspectiva que determinada cultura tem sobre “bom” e “mau”. Nesse sentido, a palavra “Ética” será compreendida como uma busca da fundamentação das ações morais, uma análise desses costumes, ver pag. 7-9 de *Ética* (2002), pag. 12 de *Ensaio sobre ética* (2008) e pag. 9-12 de *Ética: Conceitos-Chave em Filosofia* (2007).

³ O determinismo é compreendido aqui como a impossibilidade de agir de forma contrária aos costumes morais internalizados por um agente moral.

⁴ Bernard Williams argumenta sobre a possibilidade da dissociação de obrigações que agentes morais irrefletidamente aderem. Cita o exemplo de generais nazistas que discordavam das atitudes de Hitler, mas que por muito tempo sentiram-se impedidos de levantar oposição contra o nazismo devido ao juramento de obediência desses oficiais. Parece defender que a capacidade deliberativa salientaria a não obrigatoriedade desse valor de “fidelidade” devido às características das circunstâncias (WILLIAMS, 2005, p. 83).

pelos agentes a partir de seu mundo social, mas que podem ser revisados a partir da capacidade de deliberação. Neste ponto, a argumentação é direcionada para a existência de um sistema falibilista⁵ em Bernard Williams. Putnam salienta que Bernard Williams não fornece critérios morais capacitados para regular as ações dos agentes morais. A objetividade moral alcançada por Williams não está independente do contexto do agente. Putnam afirma que a possibilidade de verdade moral em Williams é dependente dessa perspectiva do agente, gerada pelo contexto em que está inserido (PUTNAM, 2008, p. 62). Neste ponto, esta pesquisa pode ser objetada com a afirmação de que toda a argumentação desenvolvida acaba por retornar a um relativismo incompatível com a exigência ética de critério morais. Entre tanto, o escopo salientado é a possibilidade de se coadunar a afirmação de que os valores gerados em determinados contextos, não somente podem como devem ser revisados pelos agentes morais, caracterizando-se por um afastamento de um determinismo contextual e possibilitando o desenvolvimento de critérios morais passíveis de revisão.

2. METODOLOGIA

Devido à natureza teórica da pesquisa, a metodologia foi desenvolvida a partir de pesquisas bibliográficas das obras de Bernard Williams. As obras basilares para o desenvolvimento dos argumentos consistem em: *Moral: Uma introdução à Ética*, *Ethics and the Limits of Philosophy* e *Moral Luck*. Além das obras de Williams foram consultadas as obras de Christine M. Korsgaard, Simon Kirchi, Thomas M. Scanlon, Hilary Putnam, Robert Audi, Ernest Tugendhat, Diwight Furrow, Gertrude Elizabeth M. Anscombe entre outras obras que abarcam a discussão sobre filosofia moral contemporânea. Essas leituras objetivaram o desenvolvimento de fichamentos e debates que possibilitaram a contextualização do problema filosófico estudado.

3. RESULTADOS DA DISCUSSÃO

As pesquisas se encaminham para a compreensão de que Bernard Williams defende que não existe a possibilidade de justificação das crenças morais fora das práticas éticas. A defesa é de que a questão da justificação da vida ética é levada para fora dela quando os filósofos tentam encontrar um ponto *arquimediano*⁶ para justificar a moral. Argumenta que esse ponto de alavancagem, no caso da ética, seria exterior a vontade do agente moral, não incluindo a motivação interna para agir. O autor defende que a filosofia moral deve considerar a existência de conflitos entre as tradições da ética, como no caso de agir por dever ou agir pelo resultado. Se um agente moral age segundo o dever, não deve ser considerado o resultado das ações, pois o dever é a máxima. Se, ao contrário, o agente moral age somente visando os resultados, pode ser comprometida a máxima do dever em detrimento do resultado. Dessa forma, o conflito moral é considerado um ponto de partida

⁵ Falibilismo como salientado por Putnam: "Não considerar o produto de qualquer investigação como imune à crítica" (PUTNAM, 2008, p. 148).

⁶ Williams considera que se existe alguma discussão sobre a vida ética é porque está sendo considerado um contexto para o debate. O ponto arquimediano remonta a possibilidade de justificar a vida moral do zero. Aqui é utilizada uma analogia com a afirmação de Arquimedes "dê-me uma alavanca e um ponto de apoio e eu levantarei o mundo!", para fazer uma analogia com a moral externalista que busca um ponto de apoio fora de uma comunidade moral (WILLIAMS, 1985, p. 22-23).

para Ética (WILLIAMS, 1985, p.10-29). O conflito moral salienta que a justificção da ação correta deve ser verificada dentro do contexto do agente moral⁷.

A proposta do autor abarca a compreensão de um modelo internalista que apresenta duas condições: um conjunto motivacional interno e a deliberação. O primeiro é representado pela intensões morais do agente e o segundo é uma capacidade de flexibilidade ética. O conjunto motivacional interno (ou subjetivo) é dado pelo contexto do agente moral, em que uma ação correta possui a seguinte forma: um agente moral (A) tem um conjunto motivacional interno (S) para crer (C) em deliberar (D) que existe uma razão (r)⁸ para fazer determinada ação (X). Dessa forma, Bernard Williams acredita que a noção de obrigação moral se torna factível. O agente moral só pode partir da experiência da comunidade moral para formar seu conjunto motivacional interno em que ele não escolhe as convicções dessa comunidade. A justificção da ação ocorre somente quando o agente faz uma investigação crítica através da deliberação (WILLIAMS, 2005, p. 167-170), evidenciando o *falibilismo* presente em sua teoria.

Hilary Putnam salienta que Bernard Williams acaba por cair em um relativismo por não fornecer critérios morais capacitados para regular as ações dos agentes. A objetividade moral alcançada por Williams não está independente do contexto do agente. Putnam afirma que a possibilidade de verdade moral em Williams é dependente dessa perspectiva do agente, gerada pelo contexto em que está inserido (PUTNAM, 2008, p. 61-66). Dessa forma, afirma que o problema central dessa dependência do contexto ocorre porque Williams não concebe a possibilidade de conferir conhecimento do *absoluto* para ética, deixando linguagem ética dependente de uma linguagem mais objetiva do mundo: a linguagem das ciências⁹. Nesse sentido defende-se que a posição de Bernard Williams não é tão radical quanto compreendida por Putnam. Williams afirma somente que não existem fatos objetivos, rejeitando apenas um realismo moral¹⁰. No caso da ética, a impossibilidade do conhecimento absoluto também é refletida por essa rejeição a um realismo moral. Williams parece querer conferir importância para a falibilidade das crenças morais e por isso, introduz a flexibilidade ética como uma exigência para a investigação ética (WILLIAMS, 1978, p. 246-248). Dessa forma, se existe um relativismo na proposta de Bernard Williams, ela está respaldada simplesmente por uma necessidade de revisar crenças morais toda vez que a compreensão do mundo social se depara com uma nova informação paradigmática que exige, não um ponto arquimediano fixo que regule

⁷ Williams utiliza a compreensão da vida ética como uma analogia do “Barco de Neurath”, em que o barco deve ser concertado na medida em que é navegado, não existindo um porto seguro para concertar o barco. O mesmo ocorreria com Ética, em que não existiria um critério externo ao agente moral em que poderiam ser apoiadas as ações éticas (WILLIAMS, 1985, p. 113-114).

⁸ A razão é representada aqui com “r” minúsculo por ser considerada uma razão interna, próximo da interpretação de Putnam ao compreender que a razão é condição de possibilidade para ação. O “R” escrito de forma maiúscula é compreendido com a aproximação do realismo moral, tal como Hart apresenta em sua teoria.

⁹ Que nesse caso seria a linguagem da Física que mais se aproxima do conhecimento absoluto (WILLIAMS, 1978, p. 237-248).

¹⁰ O realismo moral é a tese que afirma que X existe independentemente de nós (em que X é compreendido como: planetas, números, continentes, valores etc.). Essa existência só é independente se cumpre três condições: (i) se não existíssemos ou (ii) se deixássemos de existir, X continuaria existindo e (iii) a natureza de X não é fixada por nada que consideramos dela. As duas formas de oposição ao realismo consistem em: (i) afirmar que X não existe (ex.: teoria do erro) e afirmar que, (ii) embora X exista, ele não existe independente de nós (ex.: idealismo¹⁰) (GARRETT, 2008, p.145,146).

automaticamente nossas ações, mas sim uma deliberação que confere uma investigação crítica das nossas ações.

4. CONCLUSÕES

As conclusões da pesquisa sobre a possibilidade de coadunar a aparente incongruência na posição de Bernard Williams entre o relativismo moral derivado de valores contextuais e a tentativa de fornecer critérios para uma vida moralmente boa, se direcionam para uma visão otimista. Williams apresenta argumentos que mostram como o contexto social em que um agente moral está inserido participa da deliberação sobre ações morais. Essa posição salienta que, em um debate sobre filosofia moral, algumas valorações desse agente, são derivadas de seu mundo social. Isso não é rejeitar a ideia de que uma investigação crítica deve ter critérios democráticos, cooperativos e falibilísticos, mas sim afirmar que esses valores são fornecidos por um mundo social específico. O que é salientado por Bernard Williams é a necessidade de deliberar, ou ter uma investigação crítica sobre as ações morais. Mesmo os critérios mais sólidos devem ser revisados e analisados quando surge um paradoxo que acrescentam novas informações sobre nosso mundo ético. Nesse sentido, essa leitura parece apontar para uma argumentação em filosofia moral que sustente a possibilidade de desenvolvimento da compreensão das ações éticas, evitando um conservadorismo ineficiente em que um agente moral não estaria motivado a seguir.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUDI, Robert. **The Structure of Justification**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- BORGES, Maria de Lourdes; DALL'AGNOL, Darlei; DUTRA, Delmar Volpato. **Ética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- BRINK, David O. **Moral Realism and the Foundations of Ethics**. Cambridge University Press, 1989.
- FURROW, Dwight. **Ética: Conceitos-Chave em Filosofia**. Tradução de Fernando José R. da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- HERRERA, Chris; PERRY, Alexandra. **The Moral Philosophy of Bernard Williams**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2013.
- SILVEIRA, Denis Coitinho. **Ensaio Sobre Ética**. Pelotas: Coleção Dissertatio Filosofia. 2008.
- WILLIAMS, Bernard. **Moral Luck**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- WILLIAMS, Bernard. **Ethics and the Limits of Philosophy**. Harvard: Harvard University Press, 1985.
- WILLIAMS, Bernard. **Morality: And Introduction to Ethics**. Cambridge: Cambridge University Press, edição de 2004.
- WILLIAMS, Bernard. **Moral: uma introdução à ética**. Tradução de Remo Mannarino Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2005.